

## **Grupo Escolar Antonio João Ribeiro: Cultura Escolar e estratégias de escolarização da infância em Itaporã-/MS, (1953-1974)**

Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini  
Maria do Carmo Brazil

**RESUMO:** O texto se propõe a analisar a história das instituições educacionais (HIE), cujo foco principal é o processo institucionalização dos Grupos Escolares no sul de Mato Grosso, em geral, e mais particularmente na implantação desse modelo de escola na região da Grande Dourados, com destaque para o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro localizado no município de Itaporã, MS. O tema envolve discussões sobre condições políticas e sociais imbricadas nas formas de funcionamento e as práticas cotidianas da escola, com destaque para as ações dos distintos atores sociais envolvidos na história da referida instituição. A delimitação do período se estabelece entre os anos de 1953 a 1974 e se justifica pela criação do município de Itaporã, por meio da Lei Municipal 659 de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei nº 370 de 31 de junho de 1954. Essa mesma Lei garantiu a emancipação política do município. O ano de 1974, refere-se a data em que o Grupo Escolar definitivamente se elevou a escola de nível de 1º Grau, passando a denominar-se Escola Antonio João Ribeiro, com a Lei 5692/71 que determinava a extinção dos Grupos Escolares no Brasil. Buscamos os dados nos núcleos de documentação (CDR/MS e NDHIR/MT), na própria escola, onde se encontram os documentos oficiais, jornais da época e relatórios oriundos da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso. Recorremos também aos materiais reunidos no arquivo da escola e nos acervos privados fornecidos por alguns moradores da cidade de Itaporã- MS

**Palavras chaves:** 1) História da Educação; 2) Instituição Escolar; 3) Grupo Escolar Antonio João Ribeiro.

A fundação da República brasileira (1889) impôs a construção do longo programa de escolarização voltado para instrução pública, iniciado em 1894, o qual se estendeu por quase 80 anos, até ser extinto em 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destinada à Educação Básica (Lei n. 5.692/71), criada no contexto da ditadura militar.

A República recém - fundada, pautada na racionalidade científica via o ensino como principal caminho para a modernização do país. Gestado a partir do projeto paulista de escola (1893/1894),foi organizado um Programa de Instrução Pública, “cuja estrutura organizacional tinha no topo da pirâmide os presidentes de Estado, seguidos dos Diretores Gerais, da Inspetoria, dos Diretores das escolas e, por fim, dos professores e alunos” (REIS, 2006, p. 208). Esse programa alcançou o Rio de Janeiro em 1897, e se espalhou no restante do país, até lograr espaço no cenário mato-grossense em 1910, proporcionando ali novos rumos no sistema educacional. Para Reis (2006), o novo modelo de educação estatal, materializado nos grupos escolares emergiu inicialmente “[...] com a tarefa de garantir - por meio do ensino - que a população em seu conjunto fosse homogeneizada, e, para tanto, o conhecimento das primeiras letras e das noções de coisas era requisito básico” (REIS, 2006, p. 202). Além disso, os princípios do ensino laico, ancorado no positivismo e no nacionalismo nortearam a estrutura educacional nos primeiros anos da Republica.

O presente trabalho apresenta alguns dados de uma pesquisa em andamento, cujo tema central deve residir no estudo sobre o processo institucionalização dos Grupos Escolares no sul de Mato Grosso, em geral, e mais particularmente na implantação desse modelo de escola na região da Grande Dourados, com destaque para o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro no município de Itaporã.

É Pretensão de o trabalho compreender o contexto social da época, investigar sobre o processo de implantação refletir sobre a formação e desenvolvimento das instituições educacionais e das políticas (nacional, estadual e municipal), das quais surgiram, considerando a participação dos atores sociais envolvidos na trama. Nessa perspectiva, pretendemos investigar a referida instituição escolar, do ponto de vista da sua estrutura e cultura organizacional. A idéia é discutir as condições políticas e sociais decisivas nas formas de funcionamento e como se verificavam as práticas cotidianas dos distintos atores sociais (alunos professores, e outros sujeitos) da referida escola.

## **O surgimento dos Grupos Escolares no Brasil e no Mato Grosso**

Os Grupos Escolares têm sua origem no Brasil em 1893, mais precisamente no estado de São Paulo, durante o período republicano e difundiu-se para outros estados em anos posteriores, no caso do Mato Grosso em 1910. A idéia inicialmente era reunir as escolas

isoladas existentes na época. Desta forma, uma nova modalidade de escola primária surgia de forma mais complexa e abrangente.

Os Grupos Escolares empreenderam um novo modelo de escola primária, formulado e disseminado assumindo todo o caráter educacional brasileiro entre os anos de 1894 e 1971. Toda uma organização estrutural foi desenvolvida para essa finalidade educativa: construções de prédios, organização administrativa, material didático e pedagógico, era um ensino inovador da época. Assim, considerado como uma escola urbana, moderna, os grupos escolares foram emergindo em diferentes pontos dos pais.

[...] os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais). Assumiu, especialmente nas quatro primeiras décadas republicanas, a posição de uma *escola de verdade* (Tyack e Cuban, 1999) a uma parte da sociedade brasileira, para a qual funcionou como símbolo de coesão e *status* (VIDAL, 2006, p.09-10) .

A inovação representada pelos Grupos Escolares significou profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios, conforme observou Vidal.

Edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático, O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a turmas mediante classificação pelo grau de conhecimento consolidando a noção de classe e série, o estabelecimento de programas de ensino (distribuição ordenada das atividades e dos saberes escolares), a atribuição de cada classe a um professor, a doação de uma estrutura burocrática hierarquizada uma rede de poderes, de vigilância e de controle envolvendo professores, diretores, porteiros, serventes, inspetores, delegados e diretores do ensino. Perpassavam também a ordem disciplinar impingida aos alunos – asseios, ordem, obediência, prêmios e castigos. (VIDAL, 2006, p.28)

Vidal (2006) dá conta de que foi apresentado ao Brasil, um novo modelo de formação de professores, novas formas de instituições educativas com certo padrão aos princípios de organização escolar. E por ser um projeto republicano legitimava os interesses republicanos, com vista a superação do atraso econômico e a construção de uma nacionalidade moralizadora, submissão da classe trabalhadora e o sentimento de civismo. Já que exigia altos investimentos, somente estados que tinham aportes financeiros puderam implantar esse novo modelo de ensino. Nos outros estados a difusão da educação ocorreu paralela aos interesses econômicos e políticos de cada estado.

O analfabetismo era visto como um sério problema no Brasil republicano, segundo Schueler e Magaldi (2008), visto como um inimigo a ser combatido. A educação era a solução proposta para que o Brasil alçasse “voos mais altos”, rumo ao tão sonhado desenvolvimento. Cabe ressaltar que os grupos escolares emergentes, estavam longe de alterar totalmente o quadro político e econômico da época, entretanto contribuíram significativamente para mudanças na relação entre família e sociedade.

Quanto ao estado do Mato Grosso havia a preocupação política em alcançar modernização através da reformulação da instrução primária e investimento visando a formação dos professores. Esse intuito veio de encontro com o projeto educacional republicano desde o final do século 19, “[...] quando a elite republicana considerava a educação como instrumento de consolidação do novo regime, bem como de regeneração da nação” (SILVA, 2006, p. 215).

Eram os grupos escolares o tipo de escola que melhor atendia às necessidades de difusão do ensino primário, pois estes ‘consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época (SOUZA, 1998, apud SILVA, 2006, p.216).

Mato Grosso não poderia ficar para trás em relação ao ideário modernizador. Foi nesse contexto que o presidente de Estado Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, com intuito de promover o desenvolvimento industrial do estado e percebendo a precariedade da rede de ensino na região, resolveram promover mudanças estruturais no sistema educacional, traduzido na Resolução n.508, de outubro de 1908. Com esta iniciativa política, o Governo

Estadual autorizou a criação de várias escolas isoladas e de três grupos escolares, dentre eles, dois foram construídos na Capital e um em Corumbá. Conforme Reis e Sá (2006):

O modelo de escola, representado pelo Grupo Escolar, simbolizava a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense e entendido como condição para a modernização da escola pública, responsável pela formação do cidadão republicano (p.39).

Os Grupos Escolares foram criados oficialmente em Mato Grosso através da Lei n. 508 de 1908, que foi considerada uma grande inovação da reforma da Instrução Pública Primária de 1910 que estabeleceu as primeiras organizações do ensino primário em Mato Grosso.

Uma nova sistematização de escola se iniciava naquela década, materializada na estrutura física, nas relações entre os sujeitos escolares, no ensino baseado na racionalidade científica, na divisão do trabalho do professor, diretor, aluno, porteiro e outros. Configurou-se, assim, o ensino primário mato-grossense, “[...] no reforço à autoridade e na divisão de responsabilidades, esperou-se o esforço para instruir a população [...]” (REIS, SÁ, 2006, p.39)

Esse princípio nascido na aurora republicana orientou por muitos anos o sistema educacional brasileiro. Muitos povoados, vilas, distritos e cidades surgiram no sul de Mato Grosso apenas depois do esgotamento do empreendimento privado da Empresa Mate Laranjeira na década de 1940 quando Vargas desenvolveu a política conhecida como Marcha para Oeste, que determinou, entre algumas ações, a criação de Colônias agrícolas em Goiás e Mato Grosso. O sul de Mato Grosso foi contemplado com a Colônia Agrícola de Dourados (CAND), que determinou a constituição de núcleos populacionais capazes de ocupar áreas limítrofes entre Brasil e Paraguai, enfraquecendo as ações econômicas da empresa Mate Laranjeira, que atuava na atividade de extração da erva-mate desde as duas últimas décadas do século 19. Na década de 1950 verificou-se na região a intensa migração de trabalhadores e colonos oriundos de São Paulo e Paraná em busca, sobretudo de terras.

É neste contexto que se insere o Grupo Escolar “Antonio João Ribeiro” fundado em 1953, localizado na Rua Marcelino Lopes de Oliveira, nº 609, no município de Itaporã, sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).

## Itaporã e os Grupos Escolares

A idéia de colonização da área que hoje constitui o Município de Dourados foi inspirada ainda na 3ª década deste século quando o então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa resolveu pelo Decreto Estadual nº 30 de 20 de dezembro de 1953, promover o desmembramento do Município de Ponta Porã, por volta de 1946 o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Junior resolveu explorar as terras, terras essas que já haviam sido reservadas, por João Augusto Capilé, com o firme propósito de colonizar

Dourados, se originou de uma área de 50 mil hectares criada em 1923 no município de Ponta Porã. Em 1935, com a criação do município de Dourados integrou o mesmo. O regulamento da Colônia Nacional só foi estabelecido em 1946. Na área que originou a Colônia Municipal se originou também a cidade de Itaporã.

Segundo o memorialista Aurenô Arnaldo Cordeiro, o Prefeito Capilé em uma de suas explorações, encontrou uma pequena área com baixa vegetação que logo escolheu para sede da futura colônia que recebeu o nome de Colônia Agrícola Municipal de Dourados.

Terminando o mandato do Prefeito Capilé Junior, assumiu a Prefeitura de Dourados o Sr. Antônio de Carvalho, que continuou a obra de seu antecessor. Na sua administração foram legalizados todos os lotes até então distribuídos e foi intensificada a colonização.

**"Itaporã"** é um termo de origem tupi que significa "pedra bonita", através da junção dos termos *itá* ("pedra") e *porang* ("bonito").

Segundo o memorialista Aurenô Arnaldo Cordeiro, Itaporã assentou-se num território tradicionalmente habitado pelos índios Terenas (Os terenas, também chamados terenos, são uma etnia indígena brasileira. Pertencem ao grupo maior dos guanás). Conforme o memorialista, pressupõem que território onde hoje se situa o município de Itaporã tenha sido penetrado pelo homem branco ainda no século 18, quando entrantes paulistas (bandeirantes) ganharam as águas do rio Brilhante, subindo rumo às minas de Cuiabá. O território voltou a ser novamente devastado em meados do século 19 por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870). E mais tarde, com advento da indústria ervateira, por Thomaz Laranjeira auxiliado pelos índios Guaranis houve a exploração de determinadas áreas.

No ano de 1944 chegaram sete famílias a região onde hoje é o Município de Itaporã, instalando-se próximo ao Córrego Canhadão (Itaporã-MS), e neste mesmo ano foram legalizados todos os lotes até então distribuídos e foi intensificada a colonização, a citar:



# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

1º Sr. Rogério Moura e Srª Izabel Moura

2º Sr. Inácio Félix e Srª Joaquina Moura

3º Sr. Miguel Moura e Srª Maria Carolina Gimenez Moura

4º Sr. Antonio Camilo Diniz e Srª Maria Lucinda Diniz

5º Sr. Januário Rodrigues e Srª Odília

6º Sr. Benedito Pereira e Srª Maria Camilo

7º Sr. Joaquim Rodrigues e Srª Brolínia Camilo

Ao chegar a Itaporã cada família marcava seu lote, e segundo Dona Izabel Moura, uma das integrantes das primeiras famílias a chegar a referida cidade, ali os colonos encontraram uma aldeia de índios e dois moradores na região, mas não souberam informar quem eram eles. Após a demarcação dos lotes os homens seguiram a pé até a cidade de Dourados (então sede do Município) onde requereram a posse de seus lotes.

Com a chegada de um maior número de colonos a prefeitura de Dourados nomeou o Sr. Inácio Félix, fiscal e coordenador da distribuição de lotes para os colonos que encontravam dificuldades pela falta de estradas. Os primeiros moradores chegavam com suas mudanças em caros de bois, os homens iam à frente abrindo a mata com foices e machados.

A educação em Itaporã é marcado nos anos de 1945, tendo a Srª Olímpia Moura como primeira professora a ministrar aulas na colônia e atendia os filhos dos vizinhos. Tudo na época era construído em sistema de mutirão. O rancho de festa era coberto de sapé onde realizavam os bailes e por muito tempo serviu de igreja (ficava ao lado de onde é hoje o Colégio Itaporã).

O trabalho de evangelização era realizado pelos religiosos pertencentes à Paróquia de Dourados: Frei Servácio Schulte, Antonio Setiwenger, Otaviano Hert. Os primeiros batismos feitos na colônia datam de 13 de dezembro de 1947, ao contar a quantidade de batismos ocorridos desta data até o final de 1948, que somam 63, pode se afirmar que a população da colônia sofreu rápido crescimento. Entre os primeiros moradores a residirem onde é hoje a sede do município destacou-se o Sr. Joaquim Domingos que construiu a primeira casa de coqueiro e sapé.

Em 1950 foi construída a primeira Capela sob a proteção de São José construção simples com um pequeno salão e uma sacristia.

Os mutirões ocorreram de maneira a facilitar as construções comunitárias, pois as diversas pessoas que resolveram tentar uma nova vida na região de Itaporã traziam consigo

velhos ofícios, como: carpinteiro, alfaiate, pedreiro, etc. O que se pode afirmar é que alguns profissionais contribuíram de maneira significativa para a formação da Colônia, como o Sr. Santana, que chegou em 1963 e com sua Câmara fotográfica registrou grandes momentos do município. O Senhor "Antonio Japonês" que com sua farmácia atendeu os moradores com medicamentos e consultas.

Aurenô Arnaldo Cordeiro e os deputados Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz apresentaram um projeto de lei para elevar a Colônia Municipal a Município devido grande progresso alcançado pela Colônia. Este fato surpreendeu até mesmo os próprios moradores da colônia, pois Itaporã passou a ser "Coronel" antes "Capitão", segundo o memorialista Aurenô Arnaldo Cordeiro.

Na época houve uma reação por parte da Prefeitura de Dourados que através do advogado o Sr. Weimar Gonçalves Torres, recorreu para que a criação do município de Itaporã não se concretizasse o Sr. Weimar Gonçalves Torres alegava ser inconstitucional a passagem de município sem antes ser distrito. Quando a documentação sobre a criação do município de Itaporã chegou à capital do país (Rio de Janeiro), veio a intervenção do Senador João Vilasboas que apoiou a iniciativa de Camilo Ermelindo da Silva e Francisco Leal de Queiroz.

A Colônia Municipal foi elevada a categoria de município pela lei 659, de 10 de dezembro de 1953, ratificada pela Lei nº 370 de 31 de Julho de 1954 integrado à comarca de Dourados, sendo nomeado Senhor Durval Gomes da Silva para Administrar o município até a primeira eleição.

## **O surgimento do Grupo Escolar " Antonio João Ribeiro".**

A Escola Estadual Antônio João Ribeiro, criada pelo Decreto nº 1.927 de 13 de julho de 1953, pelo governador Fernando Corrêa da Costa, denominada pelo nome de "Grupo Escolar Antônio João Ribeiro", em homenagem ao grande herói da Guerra do Paraguai, o primeiro tenente Antônio João Ribeiro, escolhido como patrono da escola.

A escola foi elevada em nível de 1º grau, hoje, Ensino Fundamental pelo Decreto nº 2028 de 07 de junho de 1.974, passando a ser denominada de: Escola Estadual de 1º grau Antonio João Ribeiro.



A autorização da 1ª a 4ª série aconteceu com o decreto nº 48/76 e foi implantado gradativamente o Ensino de 1º grau de 5ª a 8ª série, com autorização de funcionamento pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação, Decreto nº 754,28 de agosto de 1.984.

O reconhecimento de 1ª a 8ª série foi Decretada pela CEE (Conselho Estadual de Educação) Nº 1287/94/ SED ( Secretária Estadual de Educação) e ratificado novamente pelo Ofício nº 936/96/SED. (Secretária Estadual de Educação).

Com o Decreto nº 9.104, de 12 de maio de 1998, foi alterada a denominação da escola para: Escola Estadual Antônio João Ribeiro, Rua Marcelino Lopes de Oliveira, nº 609, centro, tendo hoje uma área de 5.600 metros quadrados, cercada com muros, com 1.000 metros quadrados construída e distribuída com onze salas de aula, uma sala de Tecnologias, uma sala de recursos que atende os alunos no período matutino e vespertino, uma sala da Direção, uma sala para a secretaria, uma sala dos professores, uma cozinha, banheiros para Corpo Docente, Discente e Deficiente físico, um pátio com uma parte coberto e uma quadra poliesportiva coberta.

Com Decreto nº 11.320, de 31/07/2003, deu-se a integração física da Escola Estadual de Itaporã com a unidade escolar, onde iniciou a Educação de Jovens e Adultos - EJA através de segmentos.

O Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, como já dissemos foi criado no ano de 1953 , a Irmã Lúcia Valesca Wolsart,( uma das primeiras diretoras do GE), chegou a Itaporã no ano de 1958, e nos relatou que as irmãs franciscanas vieram do RS para assumir o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, a pedido de um padre e de alguns políticos da região como o Sr Edson Bezerra. Segundo a irmã havia outra escola na cidade de Itaporã, chamada: rural mista, que se localizada perto do antigo cemitério municipal, com 3 salas de aula lotadas de alunos, e o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro com prédio próprio, lugar privilegiado ( centro da cidade), com quatro salas de aula,( não mista) um pátio grande, que durante os recreios era misto , dois banheiros, que não eram utilizados por não haver água encanada. A Irmã Lúcia Valesca Wolsart, nos relata que o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro nos anos 1958, encontrava-se totalmente abandonado pelo governo do estado de Mato Grosso, Segundo ela o prédio contava com quatro salas de aula, considerado na época como uma grande estrutura com destaque social , mas com janelas quebradas e um número reduzido de alunos, setenta ao todo.

Portanto, apesar de ter seu prédio próprio, a escola inicialmente encontrava dificuldades com relação a frequência dos alunos e uma certa desvalorização ou descrença por parte das famílias ao Grupo Escolar. Com relação ao governo do estado a situação era de certo abandonada que segundo a irmã se justifica pelo fato de Cuiabá ser muito longe e as informações demoravam a chegar. Mediante o exposto, identificamos que o modelo educacional disseminado pela República enfrentou resistência por parte de alguns seguimentos da população itaporaense. Embora não evidenciamos através de fontes consultadas, e não podemos ao certo discutir os possíveis fatores que levaram os alunos a não freqüentarem as aulas no Grupo Escolar Antonio João Ribeiro nos primeiros anos iniciais a sua implantação (1953-1958). Após 1958 com a chegada dos franciscanos, nos relata a irmã Lúcia à escola foi se levantando ", e se desenvolvendo, novas matrículas foram feitas, e mais de 300 alunos foram matrículas no ano seguinte. Nos livros atas encontradas na escola esse fato relatado pela irmã Lúcia é verídico. Mas não sabemos ao certo o que fez com que os pais matriculassem seus filhos no Grupo Escolar após a chegada das irmãs, fato esse que deve ser estudado mais à fundo no trabalho.

Se antes as escolas isoladas funcionavam em barracões e galpões improvisados, os Grupo Escolares possuíam uma infra-estrutura simbólica e com grande força material, segundo Faria Filho (1996:113). Esta definição de um "lugar próprio" implicou a produção de "tipos" ideais para a construção de prédios escolares que permitissem a instauração de uma nova "pedagogia do olhar", que realçava não apenas o caráter espetacular dos prédios e das atividades escolares, mas que possibilitassem um maior controle das professoras e dos alunos.

Os projetos arquitetônicos destinados ao funcionamento do Grupo Escolar mostra o objetivo do regime republicano, que era firmar e fortalecer o estado e a sociedade num processo de expansão e urbanização da sociedade. No caso foi de Itaporã, o resultado foi alcançado após 1958. Pois de 1953 a 1958 a escola ficou sem respaldo econômico por parte do governo do estado de Mato Grosso .

A criação do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro alterou o curso de história do ensino público primário na cidade de Itaporã, através de seus projeto de organização curricular e administrativa, apresentava um ensino seriado onde os alunos eram distribuídos homogeneamente sob a orientação de um só professor, com método seguido intuitivo. Isso criou novas relações de poder dentro da escola, com a criação do cargo de diretor escolar,

além disso, renovou os saberes escolares, sendo também proposto uma nova estrutura arquitetônica, construída especificamente para essa fim.

Essa modalidade de escolas surgiu primeiramente em São Paulo e depois transplantada para o Mato Grosso, e mais precisamente na cidade de Itaporã, com o Grupo Escolar Antonio Jaó Ribeiro, tinha por objetivo promover modificações e inovações no ensino primário, ajudando a produzir uma nova cultura escolar no meio urbano. Esta nova concepção de escola primária, nasce ligada ao Projeto Educacional Republicano que entendia a educação como instrumento de desenvolvimento intelectual e moral, requisitos importantes para se alcançar o progresso nacional.

Especificamente a população carecia de instrução educativa. Pessoas mais influentes da cidade como: políticos tinham uma preocupação muito grande com o desenvolvimento da cidade, que segundo eles só seria possível com um projeto educacional. A própria aquisição e construção do prédio demonstram isso, mas o chamado dos políticos as irmãs, pedindo que essas reerguessem o Grupo Escolar Antonio João Ribeiro nos elucidou o quanto importante era a instrução educacional das crianças pelos pais e políticos de Itaporã. Acreditavam esses que só por meio da educação se poderia alcançar o desenvolvimento da referida cidade.

## **Considerações**

Pelo exposto, gostaríamos de salientar que este texto é apenas um levantamento inicial. De alguns dados colhidos em fontes documentos e orais. Sendo assim, é uma análise que encontra lacunas são muitos questionamentos a respeito da implantação do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro.

Do que foi apresentado no texto, concluímos que foram possíveis algumas relações entre a política local, estadual e nacional no que diz respeito às relações sociais mais amplas e, especificamente ao projeto educacional dos Grupos Escolares.

Quanto ao Grupo Escolar Antonio João Ribeiro, identificamos, por exemplo, a resistência inicial de alguns pais com relação a este novo modelo de escola. Resistência essa que levava alguns pais a preferirem manter seus filhos em escolas isoladas. Além disso, percebemos a preocupação de certa parcela da sociedade itaporaense com o abandono em que se encontrava o Grupo Escolar no ano de 1957.

Ainda sobre o processo de implantação do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro na cidade de Itaporã, temos algumas questões acerca dos agentes sociais que atuaram nos primeiros anos de surgimento de Itaporã e da criação e funcionamento do Grupo Escola Antonio João Ribeiro que vieram fazer parte de nossas inquietações: Em que contexto político surgiu a cidade e a escola? Como a comunidade dessa escola se relacionou com a sociedade itaporaense? As vagas oferecidas eram suficientes? Qual a clientela da escola? Entre essa clientela havia crianças indígenas, paraguaias, filhos de migrantes? Qual o tipo de formação era dado a essa clientela? Quais suas finalidades? Quais os índices de frequência e aprovação dessa clientela? Quais foram os primeiros professores? Qual era o grau de instrução (formação) desses professores? Havia material didático e pedagógico? Como era esse material? E a questão fundamental? Qual a verdadeira razão de ser do Grupo Escolar Antonio João Ribeiro. Muitos outros questionamentos existem e outros ainda surgirão no decorrer de nossa análise, e portanto se faz necessário, buscarmos no desenvolver desse projeto, respostas para tentarmos preencher as lacunas existentes na História da Educação e mais particular, aquela que se configura para a compreensão das instituições escolares na cidade de Itaporã.

## Referências

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 432 p.

CHARTIER, R.: *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990.

CORDEIRO, Aurenô Arnaldo. *A vida e os sonhos de um nordestino parente de todos*. 1. ed. Campo Grande: Centro gráfico Ruy Barbosa, 2010. 244 p.

CORDEIRO, Arnaldo Aurenô. *A Vida e os Sonhos de um Nordestino Parente de Todos*. Itaporã, MS: Centro gráfico; Ruy Barbosa, Campo Grande, 2010.

Campinas, SP: Autores Associados, 2004. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verbo\\_c\\_grupo\\_%20escolar.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verbo_c_grupo_%20escolar.htm)> Acesso em: 29 set. 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios em Belo Horizonte (1906-1918)*. São Paulo: USP, 1996, ( Tese, Doutorado em Educação).

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, n.º.1, p. 9 – 43, Jan./Jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1963.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari; GONÇALVES, Arlene da Silva. *Os grupos escolares no contexto da política educacional mato-grossense: o grupo escolar Joaquim Murinho, em Campo Grande, sul do Estado (1910-1950)*. In: *Intermeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*. Campo Grande. v.16, n.31, p.5-84, jan/jul, 2010. Disponível em: [http://www.intermeio.ufms.br/revistas/31/31%20Artigo\\_04.pdf](http://www.intermeio.ufms.br/revistas/31/31%20Artigo_04.pdf)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário, *Revista Brasil de História*, São Paulo, v.15, n.º29, pp. 9-27, 1995.

REIS, Rosinete Maria dos; Sá, Nicanor Palhares. *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. Coleção coletânea educação e memória.

REIS, Rosinete Maria. “A análise do processo de reconstrução da Escola Pública no Estado de Mato Grosso de 1910 a 1927”, *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n.21, p. 44-51, 2006.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais, *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, ISSN 1676-2584, p.20-27, ago. 2006.

SAVIANI, Demeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). *O legado educacional do século XX no Brasil*.

SOUZA, Luciene S. *Prática de Leitura nos grupos escolares: a biblioteca escolar*. Faculdade de Educação, USP.

SHUELER, Alessandra F. Martins; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, n. especial, vol. 13, n.º 26, pp. 32-55, 2009.

SILVA, Elizabeth Poubel. *O Florecer de uma cultura escolar no ensino público de Mato-Grossense*. In: Vidal, Diana Gonçalves. *Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância do Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

SAVIANI, José Claudinei Demerva *et. al* (Orgs). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores associados, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: Os grupos escolares*. Mercado de Letras, Campinas, n. especial, pp. 7-19, 2006.

VIDAL, Diana.; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre cultura escolar e história da educação. In: . *História das Culturas Escolares no Brasil*. Vitória: Edufes, 2010.